

# Um estado fundido: Contribuições para o debate em torno da “desfusão” dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara

Victor Leonardo de Araújo\*

**Resumo** – Este trabalho tem por objetivo contribuir, do ponto de vista econômico, para o recém-aberto debate sobre a recriação do estado da Guanabara – ou “desfusão” –, dando ênfase ao aspecto do desenvolvimento industrial fluminense, diferentemente dos movimentos Guanabara Já! e Autonomia Carioca, que participam do debate com argumentos políticos. Pretende-se mostrar que a fusão não cumpriu os seus objetivos: reverter o quadro de esvaziamento econômico carioca, aprofundado com a perda do *status* de capital federal. Considera-se que tal esvaziamento não foi causado pela fusão e tampouco foi agravado por ela, e que o processo de desenvolvimento industrial ocorrido no interior do estado, nesse período, não teve relação com a separação/fusão, estando relacionado aos projetos do governo federal, como a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, a refinaria Duque de Caxias e a extração de gás natural na bacia de Campos. Aponta-se que a “desfusão” implicaria em dificuldades econômicas para os dois estados, pois tanto o novo estado da Guanabara quanto a capital Niterói do novo estado do Rio, estariam saturados do ponto de vista do crescimento industrial. Além disso, seria retomado um problema econômico anterior à fusão, ou seja, a dificuldade de integração de uma única região metropolitana sob o comando de duas administrações estaduais diferentes. O trabalho conclui que, embora seja difícil isolar os efeitos econômicos da fusão, é fácil antever as dificuldades econômicas que a “desfusão” poderá proporcionar.

**Palavras-chave** – Desenvolvimento industrial fluminense. Rio de Janeiro. Guanabara.

**JEL** – R12

---

\* Doutorando em Economia pela UFF. E-mail: victor\_araujo@terra.com.br.

## Introdução

Recentemente, os debates em torno da fusão entre os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975 e que resultou no atual estado do Rio de Janeiro, voltaram à tona através de dois movimentos: Guanabara Já e Autonomia Carioca.

Ambos os movimentos questionam a forma antidemocrática como se deu a fusão, feita durante o governo do general Ernesto Geisel e sem consulta popular. O primeiro movimento propõe a retomada do debate, que classifica de recorrente (GUANABARA JÁ, 2004), enquanto o segundo explicita uma posição favorável à “desfusão”, ou seja, à recriação do estado carioca, “nos limites territoriais do município do Rio de Janeiro, ex-estado da Guanabara”, contanto que leve em consideração os interesses “do conjunto da população que hoje reside no estado do Rio de Janeiro. Terá que ser boa tanto para cariocas como para fluminenses.” (AUTONOMIA CARIOCA, 2004).

A retomada do debate, contudo, tem se limitado às questões de natureza política, principalmente quanto à forma autoritária como se deu a fusão, recorrendo ao argumento de que, por trás da junção dos dois estados, teria havido um interesse deliberado do governo federal em neutralizar o oposicionismo guanabarino, juntando a Guanabara com o conservador estado fluminense. As questões econômicas, portanto, foram relegadas a um papel secundário na retomada do debate e, quando surgem, como no caso do movimento Autonomia Carioca, giram em torno da sustentabilidade econômica dos novos estados.

O presente trabalho tem, portanto, a intenção de oferecer uma contribuição do ponto de vista econômico, com ênfase especial para o aspecto do desenvolvimento industrial fluminense. Mais especificamente, pretende-se mostrar que, se por um lado, a fusão não foi capaz de reverter o processo de esvaziamento industrial carioca após a perda do *status* de capital federal, por outro, a recriação do estado da Guanabara nos limites territoriais do atual município do Rio de Janeiro – que chamaremos de “desfusão” – criaria um estado economicamente fraco do ponto de vista industrial, visto que o dinamismo industrial do atual estado do Rio de Janeiro é atribuído ao interior, estando a capital saturada.

O objetivo será cumprido pela inserção do processo de desenvolvimento industrial do atual estado do Rio de Janeiro em dois movimentos: o primeiro, especificado na seção 3, consiste no esvaziamento industrial fluminense *vis-à-vis* o processo de concentração industrial no estado de São Paulo; e um segundo movimento, de esvaziamento industrial carioca em direção ao território correspondente ao antigo estado do Rio. A partir do estudo do padrão de distribuição industrial pelo território fluminense entre os anos de 1950 e 2000 será possível mostrar que o esvaziamento industrial carioca já estava em curso desde muito antes da fusão.

Este trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção será mostrada a metodologia utilizada. Na segunda seção será discutido o processo de esvaziamento industrial fluminense *vis-à-vis* o processo de concentração industrial paulista. Na seção 3, será feita uma análise do padrão de distribuição da indústria no território correspondente ao atual estado do Rio de Janeiro, mostrando o esvaziamento histórico da indústria da capital em direção ao interior. A seção 4 trará as considerações finais.

## 1. Metodologia

A análise irá considerar o período que vai de 1950 a 2000, com um corte no ano de 1975, correspondente ao ano da fusão dos dois estados. A variável escolhida é o emprego industrial, utilizada como *proxy* do crescimento industrial. Esta escolha justifica-se pela “uniformidade que esta variável proporciona para comparar a distribuição das atividades econômicas no tempo” (PIQUET, 1975, p. 46). Por ter esta propriedade, este trabalho utiliza a taxa de crescimento do emprego industrial como *proxy* do crescimento industrial, como fazem DINIZ E FIGUEIREDO (2000). Caso fosse utilizado o produto industrial para comparar a evolução ao longo do tempo, seria necessário fazer uso de deflatores e também converter os valores para adequá-los às várias reformas monetárias pelas quais a economia brasileira passou ao longo dos cinquenta anos em questão. O emprego industrial elimina esses inconvenientes. O seu uso, porém, acarreta possíveis distorções causadas por diferenças de produtividade regional ou setorial (PIQUET, 1975). Sempre que essa possibilidade se

manifestar com maior intensidade, o texto fará essa ressalva antes que sejam tiradas conclusões precipitadas.

O produto industrial também é usado como suporte para as conclusões, mas para esta variável utiliza-se somente a participação relativa (percentual), dadas as dificuldades mencionadas no parágrafo anterior.

As tabelas e o quadro consideram o estado do Rio de Janeiro em sua configuração territorial atual – ou seja, o antigo estado do Rio mais o antigo estado da Guanabara. Sempre que neste trabalho houver referência ao estado do Rio ela será à atual configuração territorial. As referências ao antigo estado do Rio, ao antigo estado da Guanabara ou ao antigo Distrito Federal serão explícitas. Por comodidade, a palavra “capital” refere-se sempre ao atual município do Rio, e “interior” ao restante – ou seja, ao território correspondente ao antigo estado do Rio.

Por ser bastante heterogêneo, o interior foi dividido em regiões, de modo a permitir identificar com maior clareza em que direção se deu, nele, o desenvolvimento industrial. Essas regiões foram definidas segundo uma adaptação das regiões administrativas<sup>1</sup> utilizadas pela Fundação Centro de Informações e Dados do estado do Rio de Janeiro – Fundação CIDE – no ano de 2003. A região metropolitana fluminense sofreu adaptações, a fim de adequar a classificação a critérios econômicos. A capital foi considerada em separado, sendo contraposta ao interior. Além disso, foram considerados em separado os municípios da Baixada Fluminense e os municípios da Grande Niterói (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Tanguá), dada a heterogeneidade entre eles. As demais classificações utilizadas pela Fundação CIDE permanecem. Assim, o interior foi dividido em Baixada Fluminense, Grande Niterói, Médio Paraíba, região Serana, Norte Fluminense e Outros. Esta última categoria contempla regiões menos importantes, como Centro-Sul, Costa Verde, Baixadas Litorâneas e Noroeste Fluminense. O Anexo A especifica os municípios que fazem parte de cada região.

Adaptando-se a metodologia utilizada por DINIZ E FIGUEIREDO (2000), citada acima, as regiões serão classificadas da maneira que segue. Crescimento negativo: região em *depressão*; até 50% da média da região/estado: região *estagnada*; até 100% da média da região/estado: crescimento *moderado*; até 150% da média da região/estado: crescimento *rápido*; acima de 150% da média da região/estado: crescimento *acelerado*.

## 2. O processo de esvaziamento da indústria fluminense

Não é possível falar em processo de desenvolvimento industrial fluminense fora do contexto da economia nacional. Berço da industrialização brasileira, a indústria fluminense sofre, desde a década de 1930, um inexorável processo de esvaziamento industrial, perdendo posição para a indústria paulista.

Segundo o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPS, 1983), o conceito de esvaziamento industrial contempla tanto a possibilidade de taxas de crescimento negativas, como também taxas de crescimento positivas, porém abaixo da média nacional ou regional, resultando em perda de participação relativa. A Tabela 1 mostra que a trajetória da industrialização fluminense é de constante perda de participação relativa no total nacional.

**Tabela 1 – Rio de Janeiro e São Paulo: participação percentual na produção industrial – 1950 a 2000**

Estados	1950*	1960*	1970*	1975*	1980*	1985*	2000**
Rio de Janeiro	21,1	17,3	15,7	13,5	10,6	9,5	8,6
São Paulo	46,6	54,5	58,1	55,9	53,4	51,9	42,0

Notas: Os anos de 1950 a 1985 correspondem ao valor da transformação industrial e o ano de 2000 corresponde ao valor adicionado bruto a preços básicos da indústria de transformação.

Fontes: \* Diniz (1991, p. 42 e 45); \*\* IBGE (2002), contas regionais.

Segundo MELO E CONSIDERA (1986, p. 112), a cidade do Rio de Janeiro concentrava, na primeira década do século XX, a maior parte da produção industrial nacional. Capital Federal, o Rio foi beneficiado pelo gasto público, que se constituiu em peça fundamental na indução do desenvolvimento da cidade, proporcionando-lhe os pré-requisitos necessários ao surgimento da atividade industrial:

Como a cidade do Rio de Janeiro era a capital do país, este fato possibilitou uma concentração local de capital mercantil nacional atraído pela realização na cidade de boa parte do gasto público, responsável pela geração de um importante mercado de trabalho e de ser-

viços para seus habitantes. Constitui-se, assim, o gasto público, em componente “autônomo” importante, que fez com que o desenvolvimento que ocorreu na cidade-capital evoluísse quase que independentemente do resto da região, possibilitando a expansão industrial da cidade do Rio de Janeiro isoladamente do resto da periferia.

Assim, atrelando o seu desenvolvimento econômico ao do país, e não ao da região, o Rio de Janeiro, enquanto capital federal, experimentou um momento de “expansão industrial que de outra forma seria bem menos intenso” (PIGNATON, 1977, p. 148).

Esses fatores, no entanto, não foram suficientes para sustentar de forma prolongada o desenvolvimento industrial fluminense, que logo perdeu a liderança para o estado de São Paulo.

A explicação tradicional associa o declínio da indústria fluminense a dois fatores fundamentais: à decadência da agricultura regional e à inerente impossibilidade de formação de um mercado regional (MELO E ALVEAL, 1988). O primeiro fator decorre da própria condição de capital federal: o Distrito Federal constituía o mais importante centro financeiro e comercial do país, e a origem dos empresários que implementavam empreendimentos industriais no Rio era essencialmente do comércio, o que “indicaria a maior autonomia da indústria do Rio de Janeiro em relação ao setor agrícola e sua dependência em relação às atividades comerciais” (PIGNATON, 1977, p. 149). Assim, uma característica inerente ao desenvolvimento industrial do DF foi um processo de acumulação de capital descolado do setor agrícola, praticamente inexistente – diferentemente do que caracterizou o desenvolvimento industrial paulista. Por outro lado, a decadência da economia cafeeira do antigo estado do Rio, a partir da década de 1930, constituiu mais uma dificuldade no processo de acumulação de capital necessário à continuidade do processo de industrialização (MELO E CONSIDERA, 1986). Convivem, portanto, dois padrões de desenvolvimento industrial: no antigo Distrito Federal, descolado da agricultura; e no antigo estado do Rio, associado a uma agricultura decadente.

O segundo fator tradicionalmente utilizado na explicação do declínio industrial fluminense diz respeito à dificuldade de formação de um mercado regional, e está associado ao fato de a economia carioca estar mais

atrelada ao desenvolvimento econômico do país do que ao da região. Não podendo contar com o mercado regional, restaria buscar os mercados externos, e esta opção esbarrava no tipo de indústria predominante na região, uma indústria “[...] de bens de consumo corrente, com alta relação peso/custo, sem economias de escala e de aglomeração. Isso permitia que nas regiões mais desenvolvidas se formassem estruturas industriais semelhantes, sem que houvesse especialização entre elas” (PIGNATON, 1977, p. 149). Essas regiões, por sua vez, eram pouco integradas do ponto de vista econômico, o que constituía outro entrave na busca por mercados externos<sup>2</sup>.

Outro fator que contribuiu para o esvaziamento industrial fluminense foi a infra-estrutura precária disponível no interior. Este fator geralmente está associado à separação entre o Distrito Federal e o estado do Rio de Janeiro, ou seja, à separação entre a capital, que constituía o principal pólo econômico local, e o restante da região. No Brasil, os investimentos em infra-estrutura são tipicamente oriundos do Estado. No caso fluminense, a concentração das atividades econômicas na capital resultava também na absorção de parte substancial dos impostos, os quais deveriam obrigatoriamente ser aplicados nos limites territoriais do Distrito Federal. “Niterói tornou-se, dessa forma, caso ímpar no país, uma capital estadual extremamente débil, sem capacidade de apoiar financeiramente o território sob sua responsabilidade administrativa” (IEPS, 1983, p. 47). Por outro lado, qualquer tentativa de integração dos serviços de infra-estrutura na região metropolitana esbarrava em decisões que deveriam ser submetidas a duas administrações estaduais, contrariamente ao que ocorria no resto do país.

A separação do antigo estado do Rio e do antigo Distrito Federal aparece, pois, como um problema relevante para o desenvolvimento industrial de ambos: para o antigo estado do Rio, a separação reflete-se na infra-estrutura precária; e para o antigo Distrito Federal, nas dificuldades inerentes ao fato de o território abrigar a capital federal.

Todos esses fatores foram responsáveis pelo longo e inexorável processo de substituição da indústria fluminense pela indústria paulista. Além deles, a literatura econômica ainda busca, em diversos outros fatores, a explicação para o declínio industrial fluminense. Segundo MELO E ALVEAL (1988), o fato de a indústria fluminense, já na década de 1920, operar

com custos mais elevados do que a indústria paulista, constitui um importante fator para justificar o declínio industrial fluminense. Segundo FERREIRA (2000), os altos custos de energia constituíram um sério entrave para o crescimento industrial da região.

DINIZ (1991, p. 72) cita ainda: i) o empobrecimento das terras fluminenses; ii) a manutenção de relações de trabalho escravo em sua agricultura, impossibilitando a criação de mercados; iii) aumento relativo do salário industrial; iv) forte competição com a indústria paulista. E ainda vi) fatores institucionais, destacando-se a “grande tradição em atividades governamentais”, a qual, aliada ao espaço exíguo, proporcionou uma disputa entre administração pública e setor privado por espaços adequados para localização, resultando em aumento dos custos (MELO & ALVEAL, 1988). Este último fator está inerentemente ligado à condição de capital federal. Ainda no tocante à separação entre Distrito Federal e estado do Rio, cita-se o fato de que os melhores salários pagos na capital atraíam os melhores profissionais das elites administrativas do antigo estado do Rio de Janeiro, que “ficava reduzido a pessoal técnico de segundo nível” (IEPS, 1983, p. 48), o que, por si só, já seria suficiente para provocar certo esvaziamento econômico.

O crescimento industrial paulista não aconteceu por acaso, já que o estado reunia as pré-condições necessárias para induzir o processo de industrialização já no início da década de 1930. A expansão da atividade cafeeira na década anterior permitiu a São Paulo a acumulação de capital necessária à expansão da atividade industrial. O complexo cafeeiro paulista teve ainda o mérito de precipitar “a formação e desenvolvimento de um mercado de trabalho que, dadas as condições em que é formado e ampliado, resultaria em menores pressões nos custos de produção industrial” (Cano, 1977, p. 227). Tal mercado de trabalho, de natureza abundante, permitiu que a indústria paulista já operasse, desde os seus primórdios, em níveis mais baixos que a média nacional: a diferença entre os salários urbanos e rurais era significativamente mais baixa em São Paulo do que no restante do Brasil, em particular o Rio de Janeiro (Cano, 1977, p. 230).

Além disso, a política de defesa do café engendrada pelo governo federal no limiar da década de 1930 vai possibilitar a manutenção da renda no setor cafeeiro, proporcionando a acumulação de capital necessária à



continuidade do processo de industrialização, bem como a manutenção da renda e do emprego da economia exportadora e dos setores ligados ao mercado interno (FURTADO, 1975), beneficiando o estado de São Paulo. Junte-se a isso a política comercial de desvalorizações cambiais e controle de importações; a consolidação de um perfil industrial orientado para setores tecnologicamente adiantados; e a desarticulação do comércio internacional em 1939 (por ocasião da II Guerra), obrigando os estados brasileiros a se abastecerem de manufaturados paulistas (MELO E CONSIDERA, 1986), e estará formada a constelação de fatores que contribuiriam para a expansão da indústria paulista.

Na década de 1940, a indústria paulista vai beneficiar-se dos acordos firmados entre o Brasil e os países aliados para o abastecimento das forças militares. Além disso, as indústrias têxtil e de alimentos vão passar por uma fase de expansão decorrente da possibilidade de comercialização com países africanos e latino-americanos. “O estado de São Paulo, que respondia por metade da produção têxtil e por um quarto da de alimentos, será o grande beneficiado [...]” (MELO E CONSIDERA, 1986, p. 114).

O estado do Rio de Janeiro, por seu turno, recebe na mesma década os pesados investimentos estatais que resultaram na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Barra Mansa, e na Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Duque de Caxias. A indústria fluminense chega ao início da década de 1950 detendo pouco mais de 21% da produção nacional, enquanto a indústria paulista detém 46% (Tabela 1).

A insuficiência de infra-estrutura no interior do estado, citada anteriormente, torna-se ainda mais grave na década de 1950. Iniciada a fase de industrialização por substituição de importações (com estímulos à indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital), havia a necessidade de unidades produtivas de maior porte. Como as áreas disponíveis na capital estavam saturadas pelas atividades manufatureiras do período anterior, a solução seria a instalação na periferia da região metropolitana (IEPS, 1983), esbarrando em problemas como a já referida infra-estrutura precária. Apesar dos investimentos estatais na região do Médio Paraíba, o fato é que “não conseguimos disputar de forma adequada uma fatia proporcional das novas e extremamente dinâmicas indústrias que se instalavam no país.” (IEPS, 1983, p. 49)

As políticas desenvolvimentistas engendradas pelo governo federal seguem na década de 1950, manifestando-se, na primeira metade da década, pela política de controle de importações e pela adoção de taxas de câmbio diferenciadas, gerando a expansão da indústria de bens de consumo não-duráveis e de alguns duráveis. Já na segunda metade da década, o Estado brasileiro põe em vigor o seu Plano de Metas, tendo a indústria de bens de consumo duráveis (em particular a indústria automobilística no ABC paulista) como setor-chave da nova fase de industrialização nacional. Novamente, o estado de São Paulo passa a ser o grande beneficiado, embora outros estados da federação também tenham sido contemplados por projetos desenvolvimentistas oriundos do governo federal. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, beneficiou-se pelos estímulos da construção de refinarias de petróleo (MELO E CONSIDERA, 1986).

A década também deixou marcas do ponto de vista institucional, com a transferência da capital para Brasília. Segundo MOTTA (2001), o projeto inicial de construção da capital federal no planalto Central data de 1889, momento em que se debateu, pela primeira vez, a possibilidade de fundir o município neutro do Império com a velha província do Rio de Janeiro. Contudo, a constituição de 1946 previa, após a transferência, a transformação da cidade do Rio de Janeiro em um estado autônomo. “Por falta de entendimento político suficientemente forte para sustentar a aprovação de uma emenda constitucional, prevaleceu a fórmula tradicional [...], que transformava o ex-Distrito Federal em estado da Guanabara” (Motta, 2001, p. 22), sem a realização de plebiscito ou de consulta popular.

O movimento de esvaziamento econômico carioca é imediato, e se faz sentir muito antes da efetiva transferência da capital: “De fato, iniciadas as obras da nova capital, foram congeladas melhorias e ampliações nas instalações administrativas federais instaladas no Rio de Janeiro, o que, em si, implicava no esvaziamento de atividades locais” (IEPS, 1983, p. 60). Entretanto, parte desse esvaziamento foi retardado com a manutenção na cidade de alguns órgãos decisórios. Considerando-se a indústria fluminense como um todo (antigo estado do Rio e antigo estado da Guanabara), esta vai iniciar a década de 1960 detendo 17% do produto industrial nacional, dando seqüência à sua trajetória declinante, contra 54,5% do estado de São Paulo.

A década de 1960 caracterizou-se por turbulências políticas que resultaram em crise econômica na primeira metade desse período. A ditadura militar implementou um programa de ajuste recessivo, tendo à frente a dupla Campos–Bulhões. Em seguida, a economia brasileira passou por uma forte recuperação na segunda metade da década – o Milagre Econômico. Ao final do período, a indústria paulista atingiu o seu ápice em termos de participação no produto industrial nacional, participando deste com mais de 58%, vindo, porém, a cair, nas décadas seguintes. É o fenômeno que DINIZ (1991) chama de “processo de reversão da concentração industrial no estado de São Paulo”, verificado a partir da década de 1970 (Tabela 1), e no qual o Estado brasileiro novamente atua decisivamente. Segundo LESSA (1998), esta desconcentração foi resultado de uma ação deliberada do Estado brasileiro que buscou, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), “evitar a tendência à concentração da atividade industrial na área metropolitana paulista, perseguindo um equilíbrio no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte” (LESSA, 1998, p. 24).

É também a partir da década de 1970 que se dá a transferência dos principais órgãos decisórios do Estado para o novo Distrito Federal (MOTTA, 2001), representando a fase final do esvaziamento em decorrência da transferência da capital para Brasília. A perda do setor governamental, um dos mais dinâmicos da economia carioca e importante fator de atração, levaria um grande número de empresas a transferir-se para locais mais próximos de sua atividade principal, freqüentemente no estado de São Paulo (IEPS, 1983).

O II PND contemplou também a fusão dos estados do Rio de Janeiro com a Guanabara (LESSA, 1998) como forma de reverter o esvaziamento econômico carioca. A fusão serviria para eliminar as já referidas dificuldades econômicas que a separação impunha, embora trouxesse, de imediato, novas dificuldades econômicas: se por um lado a fusão tornava obrigatório que as receitas tributárias fossem repartidas com o interior do novo estado, por outro isto significava perda de receita para a capital, com a posterior dificuldade de manutenção dos níveis de atendimento dos serviços da cidade. Também podemos citar como fatores negativos decorrentes da fusão a absorção da estrutura administrativa do antigo estado do Rio, em geral de menor qualidade; e nas onerosas compensa-

ções econômico-financeiras que deveriam ser feitas para o município de Niterói (IEPS, 1983), que perdeu o *status* de capital estadual.

No âmbito do II PND, intensificam-se também os investimentos do governo federal através das empresas por ele controladas, – as estatais – bem como os incentivos regionais, através da criação de agências de fomento como a SUDENE, SUDAM e SUFRAMA. Dado que a maioria dos investimentos e incentivos<sup>3</sup> direcionou-se para fora do estado de São Paulo, o resultado foi a perda de participação relativa desse estado no produto industrial nacional<sup>4</sup>. Assim, o estado de São Paulo chega ao início da década de 1980 detendo 54% da produção industrial nacional, uma fatia consideravelmente menor do que a de dez anos antes. Cabe destacar que, além de São Paulo, somente Pernambuco e Rio de Janeiro registraram perda relativa no mesmo período (DINIZ, 1991). A indústria fluminense inicia a década detendo pouco mais de 10% do total nacional, ou seja, não se beneficiou do processo de reversão da polarização da indústria paulista. Longe de ter se inserido neste processo, o estado do Rio de Janeiro parece ter sido vitimado por ele (MELO E ALVEAL, 1988).

A crise da década de 1980 agravou a situação do recém-criado estado do Rio de Janeiro. Com uma indústria essencialmente voltada para o mercado interno (MELO E ALVEAL, 1988), o ajuste recessivo da primeira metade da década, associado a uma estratégia de crescimento econômico liderado pelas exportações, contribuiu para a manutenção da sua trajetória declinante. Assim, a indústria do estado do Rio chega ao ano de 1985 detendo 9,5% da produção industrial nacional. Outros estados da federação registraram perda no mesmo período, mas, sem dúvida alguma, as maiores foram mesmo do Rio e de São Paulo (DINIZ, 1991). É possível que “o fato de a região fluminense ser um prolongamento da economia paulista tenha determinado essa trajetória de crescimento abaixo da média nacional.” (MELO, 2001, p. 229)

O estado de São Paulo, por seu turno, mantém a trajetória de perda de participação relativa, detendo, no ano de 1985, 51,9% do produto industrial. Segundo CANO (1995, p. 402), a crise da década de 1980 também contribuiu de maneira decisiva para essa isso, “muito mais pelas altas quedas da produção paulista do que por ‘maiores altas’ na produção periférica, constituindo, talvez, uma desconcentração de caráter ‘estatístico’”.

A política econômica de orientação liberal, em vigor a partir da década de 1990 e exacerbada a partir de 1994, e da qual a abertura comercial e o câmbio sobrevalorizado durante quatro anos foram componentes fundamentais, tenderia a reverter esse ligeiro processo de desconcentração para o estado de São Paulo. Esta desconcentração, contudo, não significou uma melhora na periferia, mas sim em um

[...] esvaziamento do principal pólo industrial do país – a região metropolitana de São Paulo – e a reconcentração industrial no interior de São Paulo e, de modo mais amplo, na região que se estende de centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul, especialmente em cidades de porte médio. (SABÓIA, 1999, p. 827)

Assim, o Rio de Janeiro parece consolidar uma posição curiosa: embora permaneça como o segundo maior produtor industrial do país, sua indústria segue em seu processo de esvaziamento, fazendo figuração naquilo que DINIZ E CROCCO (1996, apud SABÓIA, 1999) chamam de “novo mapa da indústria brasileira”.

O liberalismo econômico, em vigor a partir da década de 1990, retira então do Estado brasileiro o papel que assumira vinte anos antes, qual seja, o de promover a desconcentração industrial. “As mudanças estruturais em curso e a ausência de Estado em termos de política regional seguramente contribuirão para que a *lógica do mercado* amplie as desigualdades regionais e sociais, com graves conseqüências sociais e políticas para o país.” (DINIZ, 2000, p. 42)

Como o IBGE descontinuou a série de censos econômicos a partir de 1985, utilizamos na composição da Tabela 1, para o ano 2000, o percentual da indústria no valor adicionado bruto a preços básicos. Nesse ano, o estado de São Paulo aparece detendo 42% do valor adicionado na indústria de transformação, contra 8,6% do estado do Rio. Esses valores, embora não sejam comparáveis ao valor da transformação industrial que vinha sendo utilizado até aqui, ainda não consideram a indústria extrativa, da qual o estado do Rio detém, em 2000, quase 77% do valor adicionado bruto e o estado de São Paulo, menos de 1% (IBGE, 2002). Ainda assim, esses

números apontam para a continuidade, na década de 1990, do processo de desconcentração industrial iniciado na década de 1970.

### 3. A distribuição da indústria no território fluminense

O processo de esvaziamento industrial fluminense deve ser compreendido em um duplo aspecto. O primeiro, visto na seção anterior, consiste na perda de participação relativa da indústria fluminense no total nacional. O segundo, que será visto na presente seção, consiste no esvaziamento industrial da capital fluminense em direção ao interior.

Como foi visto na seção anterior, a indústria fluminense caracterizou-se, ao longo do século XX, por uma longa trajetória de perda de participação relativa da produção industrial nacional. Não obstante essa perda, a indústria fluminense manteve-se, ao longo de quase todo o período, como a segunda maior economia industrial do país<sup>5</sup>, cujo perfil assume dupla natureza, segundo MELO E ALVEAL (1988): i) é essencialmente voltada para o mercado interno; e ii) tem um peso maior representado pelos bens intermediários. Estas características conferiam à indústria fluminense uma fragilidade perante a dinâmica industrial brasileira das décadas de 1950-70, impulsionada essencialmente pelas indústrias de bens de consumo duráveis.

Em um primeiro momento, a indústria fluminense esteve concentrada na cidade do Rio de Janeiro, capital federal, e foi induzida pelo gasto público e pelo amplo mercado consumidor formado na capital. Neste momento, o então Distrito Federal vai concentrar, em 1950, 70% da produção industrial fluminense (Tabela 2), constituindo já a maior aglomeração industrial do estado. Entretanto, os benefícios decorrentes do fato do Rio de Janeiro sediar a capital federal, pareceram ficar restritos à própria capital, não se espalhando pelo antigo estado do Rio de Janeiro, que permaneceu pobre e estagnado (MELO E ALVEAL, 1988), respondendo por apenas 30% do produto industrial estadual em 1950. Os dados referentes ao volume de emprego industrial confirmam esta situação, com a capital federal respondendo por 67% do total estadual em 1950, como mostra a Tabela 3.

**Tabela 2 – Estado do Rio de Janeiro – Participação percentual das regiões no produto industrial estadual – 1950–2000**

Regiões	1950	1975	2000 (I)	2000 (II)
Estado do Rio	100	100	100	100
Capital	70,15	52,54	51,06	25,03
Interior	29,85	47,46	48,94	74,97
	Baixada Fluminense	2,38	19,57	14,02
6,87				Grande Niterói
7,525,04	4,42	2,17		
	Região do Médio Paraíba	8,76	13,96	21,76
	Região Serrana	4,50	3,61	10,66
1,96				4,00
Fluminense	3,76	1,80	1,28	Região Norte
	Outros	2,93	3,48	51,61
1,70				3,47

(I) Sem extração de petróleo; (II) Com extração de petróleo.

FONTES: IBGE e Fundação CIDE. Dados calculados pelo autor.

**Tabela 3 – Estado do Rio de Janeiro – Participação percentual das regiões no emprego industrial estadual – 1950–2000**

Região	1950	1975	2000
Estado do Rio	100	100	100
Capital	66,54	62,35	51,46
Interior	33,46	37,65	48,54
Baixada Fluminense	3,01	9,00	12,27
Grande Niterói	10,50	7,57	8,04
Região do Médio Paraíba	4,60	6,81	8,78
Região Serrana	6,32	6,70	8,49
Região Norte Fluminense	4,58	2,76	4,37
Outros	4,45	4,79	6,64

FONTES: IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). Elaboração do autor.

**Tabela 4 – Estado do Rio de Janeiro – Índice de Produtividade por região  
(Tabela 2/Tabela 3) – 1950–2000**

Região	1950	1975	2000 (I)	2000 (II)
Estado do Rio	1,000	1,000	1,000	1,000
Capital	1,054	0,843	0,992	0,486
Interior	0,892	1,261	1,008	1,544
	Baixada Fluminense	0,792	2,174	1,142
0,560				Gran-
de Niterói	0,716	0,666	0,550	0,269
	Região do Médio Paraíba	1,904	2,049	2,480
1,216				Região
Serrana	0,712	0,539	0,471	0,231
	Região Norte Fluminense	0,820	0,651	0,292
11,815				Outros
0,658	0,726	0,523	0,256	

(I) Sem extração de petróleo; (II) Com extração de petróleo

FONTES: IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). Dados elaborados pelo autor

Além da Capital, destaca-se a Grande Niterói na indústria fluminense, em decorrência dos diversificados parques industriais de São Gonçalo e Niterói, sendo esta a capital do antigo estado do Rio. Também se destaca a região Serrana, pelas indústrias têxteis de Petrópolis e Nova Friburgo. No período em questão, a região do Médio Paraíba já constitui o maior parque industrial do interior, por efeito dos pesados investimentos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O destaque para as referidas regiões também se manifesta na Tabela 3. Contudo, de acordo com a Tabela 4, os maiores índices de produtividade são registrados pelos (até então) modestos parques industriais do Médio Paraíba, por efeito da CSN.

O período que vai de 1950 a 1975 foi particularmente rico para a indústria nacional em pelo menos três momentos: o segundo governo Vargas, o governo JK e o Milagre Econômico (1968-72)<sup>6</sup>. Politicamente, o período também foi marcado pela transferência da capital federal para Brasília e, mais tarde, pela fusão dos estados do Rio e da Guanabara. Os efeitos sobre a indústria fluminense foram distintos.

Nesses 25 anos considerados, a indústria fluminense registrou crescimento de 80%, sendo que as taxas registradas no interior foram bem



superiores às da Capital: 103% e 69%, respectivamente. As maiores taxas foram registradas na Baixada Fluminense e no Médio Paraíba, classificadas como regiões de crescimento acelerado.

**Tabela 5 – Estado do Rio de Janeiro – Taxa de crescimento industrial por região**

Região	1950/1975	1975/2000	Total 1950-2000
Capital	68,76	(35,96)	8,07
Interior	102,69	0,04	102,77
Baixada Fluminense	438,92	5,77	470,03
Grande Niterói	29,83	(17,61)	6,97
Reg. Médio Paraíba	166,76	(0,11)	166,47
Região Serrana	90,94	(1,78)	87,53
Região Norte Fluminense	8,52	22,83	33,30
Outros	94,66	6,77	107,83
<b>Estado Rio de Janeiro</b>	<b>80,11</b>	<b>(22,41)</b>	<b>39,75</b>
50% da média estadual:	40,06	(11,20)	19,88
150% da média estadual:	154,03	0,06	154,16

FONTES: IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). Elaboração do autor.

**Quadro 1 – Estado do Rio de Janeiro – Resultados de cada região por período**

Região	1950/1975	1975/2000	Total (1950/2000)
Capital	cresc. moderado	depressão	estagnada
Interior	cresc. rápido	cresc. rápido	cresc. rápido
Baixada Fluminense	cresc. acelerado	cresc. acelerado	cresc. acelerado
Grande Niterói	estagnada	depressão	estagnada
Região do Médio Paraíba	cresc. acelerado	depressão	cresc. acelerado
Região Serrana	cresc. rápido	depressão	cresc. rápido
Região Norte Fluminense	estagnada	cresc. acelerado	cres rápido
Outros	cresc. rápido	cresc. acelerado	cresc rápido

Dados elaborados pelo autor.

Na região do Médio Paraíba, novamente, a CSN destaca-se como impulsionadora da indústria da região, na execução de dois importantes planos de expansão que resultariam no aumento da produção de aço de 482 mil toneladas, em 1942, para 804 mil, em 1957, e 1.268 mil, em 1962 (Associação Brasileira de Metais, 1991). Na Baixada Fluminense, o Esta-

do deixa novamente sua marca, inaugurando a refinaria de Duque de Caxias (REDUC), da Petrobrás, que já nasce como uma das maiores do país.

O período também é marcado pelo crescimento do setor naval, que recebe estímulos na esfera de ação do Plano de Metas do governo JK e do I Plano Nacional de Desenvolvimento, em cujo âmbito é formulado o I Plano de Construção Naval, prevendo investimentos que resultaram na expansão da capacidade instalada do setor em volumes nunca antes vistos (GRASSI, 1995). A Capital e a Grande Niterói são os que mais se beneficiam de tais investimentos, abrigando os maiores estaleiros do País: Ishibras, Caneco e EMAC no Rio de Janeiro e Mauá em Niterói.

A capital, por sua vez, aparece como região de crescimento moderado, isto é, ligeiramente inferior à média estadual. Além dos incentivos à indústria naval, a capital teve impulsionada a sua indústria química, ao ser implantada a refinaria de Mangueiras, investimentos, entretanto, que não são suficientes para reverter o processo de esvaziamento industrial, efeito da transferência da capital federal para Brasília. Os números corroboram, pois, os argumentos contidos na seção anterior, que associam, dentre outros fatores, a transferência da capital federal ao declínio industrial carioca.

A região Serrana aparece como de crescimento rápido, desempenho explicado pela indústria têxtil de Petrópolis e, mais recentemente, de Nova Friburgo. O Norte Fluminense aparece como estagnado, crescendo a taxas muito inferiores à média estadual, e este resultado está associado ao declínio da indústria local de alimentos, especialmente a de laticínios.

Não é difícil perceber a importância dos investimentos oriundos do Governo Federal na definição do mapa industrial do estado do Rio. Assim, consolidam-se como eixos dinâmicos da indústria fluminense três regiões claramente definidas: a própria capital; a região do Médio Paraíba, com os referidos investimentos tocados pela CSN em Volta Redonda; e a Baixada Fluminense. É de se notar que, dentre os mais importantes projetos implementados no estado naquele período, excetuando-se a CSN, todos os demais estão na capital ou em regiões próximas a ela, criando, na verdade, uma grande mancha industrial que contrasta com uma periferia que possui bolsões de desenvolvimento industrial, como é o caso de Volta Redonda.

Contudo, dos três eixos, a capital dá sinais de saturação. No ano de 1975, sua fatia no produto industrial cai para 52%, – diga-se de passagem, uma brutal perda de participação – ficando a Baixada Fluminense com 20% e o Médio Paraíba com 14%. Em termos de participação no emprego industrial, a capital registra uma participação de ordem de 62%, contra 9% da Baixada Fluminense, 7,5% da Região da Grande Niterói e quase 7% do Médio Paraíba. O bom posicionamento da Grande Niterói no *ranking* de emprego industrial apenas evidencia um parque industrial de baixa produtividade, já que detém apenas 5% do produto industrial.

O período que vai de 1975 a 2000 vem a dar continuidade ao movimento de desconcentração industrial em direção ao interior. A fusão dos estados do Rio e da Guanabara, o II PND, a crise econômica que assola o país a partir da década de 1980, as reformas estruturais liberalizantes da economia brasileira e o processo de reestruturação produtiva foram os fatores mais relevantes para explicar o desempenho da indústria fluminense no período.

No estado do Rio, a inauguração da ponte Presidente Costa e Silva, ligando os municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, em 1974, também alterou profundamente o aspecto econômico do estado, particularmente quanto à indústria. A redução da distância entre a capital e a região da Grande Niterói, mais a natural proximidade da capital com os municípios da Baixada Fluminense, delimitam com maior clareza uma grande mancha econômica/populacional que mais tarde se convencionaria chamar de Grande Rio, no novo estado criado em 1975, quando se efetiva a fusão entre os estados do Rio e da Guanabara. O desempenho econômico do novo estado é o que se segue.

Apesar do esgotamento do II PND e da crise que passa a assolar o país a partir da década de 1980, o estado do Rio abrigou, a partir de 1983, a usina nuclear de Angra I, em Angra dos Reis. Além disso, a CSN realiza novos investimentos no município de Itaguaí. No Médio Paraíba, devido a um novo plano de expansão da CSN, há um acréscimo de 2,4 milhões de toneladas na produção de aço (Associação Brasileira de Metais, 1991). É também na década de 1980 que se dá início à produção de gás natural na bacia de Campos, no Norte Fluminense.

A partir de 1991 foram implementadas reformas liberais, intensificadas a partir de 1995. Tais reformas estavam associadas, por um lado, a

uma nova concepção de Estado mínimo que pouco intervisse em matéria econômica, praticamente cessando os investimentos estatais; por outro lado, resultaram em uma política comercial totalmente desfavorável para a indústria nacional. Essas mudanças atingiram em cheio a indústria fluminense, cujo emprego registrou, entre 1975 e 2000, uma queda de 22,4%. Cabe ressaltar que esses números refletem ainda o processo de reestruturação produtiva, que consiste na adoção de novas tecnologias e novos métodos de organização do trabalho, resultando em técnicas essencialmente poupadoras de mão-de-obra (ALVES ET AL., 1997), que refletiram na queda do emprego associada a esse período. A indústria fluminense sentiu de forma mais clara os efeitos da reestruturação produtiva, por ter adotado, na década de 1990, um perfil moderno e diversificado (MELO, 2001), praticamente concentrado nos setores de metalurgia, químico e farmacêutico. Aquela queda poderia ter sido ainda maior, não fosse o fato de a indústria fluminense ter um baixo grau de abertura externa (MELO, 1991), sofrendo com menos intensidade os efeitos da política econômica baseada na sobrevalorização cambial em vigor entre 1994 e 1998.

Embora seja difícil, pelos dados da Tabela 3, separar as parcelas do crescimento negativo – aquela atribuída à reestruturação produtiva e aquela atribuída à decadência industrial em si –, é possível identificar os efeitos de uma ou de outra sobre a indústria fluminense. A região do Médio Paraíba, por exemplo, cuja dinâmica industrial era completamente explicada por Volta Redonda, viu os empregos industriais se reduzirem na CSN pós-privatização. Mas os tão propagados ganhos de produtividade decorrentes da nova gestão levaram a região do Médio Paraíba a dar um salto extremamente importante na sua fatia do produto industrial, chegando ao ano 2000 detendo 22%, de acordo com a Tabela 27. O efeito da reestruturação produtiva atuando sobre a região fica claro quando percebe-se que, apesar da enorme fatia que lhe cabe do produto industrial, o Médio Paraíba responde por modestos 9% dos empregos industriais do estado.

Além da presença da CSN, o desempenho industrial do Médio Paraíba também se explica pela instalação das fábricas da Peugeot, em Porto Real, e da Volkswagen, em Resende. Embora resultantes de investimentos privados, a instalação das montadoras de automóveis no interior fluminense

ainda tem o dedo do Estado – não mais o governo federal, mas agora o governo estadual – uma vez que são decorrentes de incentivos fiscais, indicando que, mesmo em períodos de exacerbação do liberalismo econômico as ações do governo continuam sendo decisivas para explicar a distribuição industrial no território fluminense. Tais investimentos contribuíram para que a região não registrasse um declínio ainda pior.

Além da reestruturação produtiva, outro fator decisivo contribuiu para o declínio do emprego industrial do estado do Rio neste período. A recessão econômica do início da década de 1980, cujos efeitos se espalharam por toda a economia, teve um efeito particularmente negativo para a indústria da construção naval, com fortes quedas nas encomendas. O ajuste macroeconômico, via redução de importações, reduziu o transporte marítimo em navios de bandeira nacional (GRASSI, 1995). O declínio da indústria de construção naval veio a refletir sobre o nível de emprego industrial dos municípios ligados ao setor, incluindo aí Volta Redonda (Médio Paraíba), Niterói (Grande Niterói) e Rio de Janeiro. Embora ensaie um revigoramento no final da década de 1990, o setor parece longe de retornar aos patamares dos áureos tempos. Os efeitos deste declínio recaem sobre a indústria fluminense como um todo, uma vez que, além dos maiores estaleiros do país, o estado do Rio ainda abriga

[...] grande parte das sedes de empresas de navegação, 30% dos fabricantes de navieças e quase todos os órgãos e entidades técnicas, científicas e profissionais ligados ao setor marítimo [...] Assim, a construção naval constitui-se numa das principais forças da indústria fluminense, representando, juntamente com outros segmentos do setor marítimo, uma enorme fonte de receita e empregos para o estado. (GRASSI, 1995, p. 5)

Não obstante os fatos mencionados, o Norte Fluminense consegue obter uma taxa de crescimento positiva do nível de emprego industrial. Este desempenho é explicado essencialmente pelo município de Macaé, ligado à extração de petróleo da bacia de Campos, podendo ser considerado mais um caso em que se manifesta a ação do Estado. De fato, a extração de petróleo e gás natural na bacia de Campos adquiriu tal dimensão que, em 2000, passa a representar 50% do produto industrial do

estado. Por ser esta uma indústria bastante intensiva em capital, os quadros referentes ao número de empregados no setor não captam a sua real dimensão. A Tabela 2 separa a participação percentual do produto industrial com e sem a atividade extrativa, sendo possível visualizar com maior clareza a importância da atividade na indústria fluminense.

Assim, os dados para o ano 2000 vêm confirmar a desconcentração industrial em território carioca, que passa a deter 52% do produto industrial estadual<sup>8</sup>. Indica também a consolidação de duas importantes regiões industriais no estado, em termos de indústria de transformação, e do Norte Fluminense, com sua indústria extrativa.

Para a indústria de transformação, esse movimento parece modesto e está longe de significar uma maior distribuição em torno do interior fluminense, uma vez que, além da capital, há somente duas grandes regiões de aglomeração industrial, e uma delas – a Baixada Fluminense – localiza-se muito próxima à capital. Pode-se dizer, assim, que há, na verdade, uma grande mancha industrial constituída em torno do município do Rio de Janeiro, envolvendo toda a região metropolitana, com um importante bolsão desenvolvido no Médio Paraíba. Por outro lado, regiões que no passado possuíam um parque industrial significativo, como a Grande Niterói e a Serrana, entraram em declínio, reduzindo drasticamente a sua participação relativa ao longo dos últimos cinquenta anos.

#### 4. Considerações finais

Decorridos 29 anos da fusão entre os antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, é legítimo analisar suas conseqüências sob todos os aspectos – econômico, social e político. Os movimentos que defendem a des fusão e a criação do estado da Guanabara, como o Guanabara Já e Autonomia Carioca, têm se concentrado somente no aspecto político. O principal argumento utilizado é a necessidade de realizar a consulta popular que deixou de ser feita no passado. Assumindo a posição favorável à des fusão, o grupo Autonomia Carioca sustenta a necessidade de criar novamente o estado da Guanabara, desde que consideradas também as necessidades do povo fluminense. Será isto possível?

Do ponto de vista econômico, é preciso considerar que a viabilidade econômica dos novos estados não é mais comparável à situação anterior. De fato, o interior possui importantes regiões industrializadas e com amplo potencial de crescimento, enquanto a capital parece ter esgotado sua capacidade de expansão da atividade industrial. Os dados mostrados até aqui indicam que a indústria carioca, entre 1950 e 2000, sempre cresceu a taxas inferiores à média estadual, o que significa que o dinamismo industrial fluminense não é explicado, essencialmente, pela indústria carioca, mas sim pelo interior – a Baixada Fluminense, o Médio Paraíba e o Norte Fluminense, ou seja, pelo antigo (ou o futuro, como querem os defensores da desfução) estado do Rio. De fato, se compararmos os dois períodos extremos, ou seja, 1950 e 2000, a indústria carioca registrou taxas de crescimento muito modestas em relação às do interior – cuja indústria dobrou de tamanho no período considerado.

Por outro lado, o município de Niterói, futura capital do novo estado do Rio – ao menos nos parece lógico supor – também parece ter esgotado sua capacidade de crescimento industrial, haja visto o resultado obtido pela sua região, a Grande Niterói.

Uma das explicações para esse fenômeno pode ser encontrada à luz das teorias que recorrem às deseconomias de aglomeração, que associam o crescimento das metrópoles a custos que fazem com que os grandes centros urbanos deixem de ser atrativos para a atividade industrial<sup>9</sup>. Uma discussão que surge no bojo dessa questão é saber até que ponto o município do Rio de Janeiro, enquanto grande centro urbano, estaria sofrendo os efeitos desaglomerativos. Como aponta PIQUET (2000, p. 120):

Os diversos estudos elaborados destacam o aumento das deseconomias externas nas grandes cidades frente aos custos inferiores existentes em espaços menos densos e cada vez mais acessíveis e que contam com uma menor organização de sua força de trabalho. [...] Contudo, esses espaços ainda reúnem as maiores vantagens competitivas: centros de pesquisa e de formação superior, amplos mercados de consumo e de trabalho, boa comunicação com redes internacionais, presença das sedes sociais das grandes empresas. Em consequência, dentro das áreas metropolitanas, coe-

xistem tendências contrastantes e espaços que registram tendências opostas [...]

Além do mais, o novo estado da Guanabara e a capital do novo estado do Rio, saturadas do ponto de vista industrial, ainda teriam que encontrar formas de superar uma séria dificuldade imposta pela separação – as mesmas dificuldades enfrentadas antes da fusão: como integrar os serviços de infra-estrutura de uma só região metropolitana submetida a duas administrações estaduais?

Se, por um lado, a fusão não cumpriu o seu papel de frear o esvaziamento econômico carioca, por outro, parece claro que este esvaziamento não foi causado pela fusão e tampouco agravado por ela. Ao menos do ponto de vista industrial, o esvaziamento já vinha ocorrendo há pelo menos 25 anos, e apenas foi agravado com a perda do *status* de capital federal para Brasília.

Por outro lado, se é verdade que a separação impunha dificuldades para o interior no que diz respeito à infra-estrutura, fator tão importante para o desenvolvimento econômico, também não se pode dizer que o crescimento industrial, experimentado pelo interior ao longo dos cinquenta anos em questão, esteja necessariamente relacionado ao problema da separação/fusão, uma vez que esse crescimento industrial foi resultado, em sua maioria, de projetos oriundos do governo federal, tais como a CSN, a REDUC e a exploração do gás natural na bacia de Campos pela PETROBRAS.

Ou seja, se por um lado é difícil isolar os efeitos econômicos decorrentes da fusão, por outro parece-nos fácil antever algumas dificuldades que a desfusão haverá de trazer.

## An unified State: some contributions to the debate on the separation of Rio de Janeiro and Guanabara States

**Abstract** – This work aims to offer a contribution to the discussion about the creation of the new Guanabara State – or the “desfusion” – retaken by movements like “Guanabara Já!” and “Autonomia Carioca”. The contribution given by this work emphasizes economic reasons, specially in industrial development aspects, even though the main reasons used in the discussion are political. This work wants



to show that the fusion between Rio and Guanabara states did not achieve initial objectives, like to revert the economic devaluation process that increased since federal capital was transferred to Brasília. On the other hand, the economic devaluation process was not induced by the fusion neither was amplified by it. At the same time, industrial development that took place out of Capital was not induced by separation or fusion, but by investments from federal government like Companhia Siderúrgica Nacional in Volta Redonda, Oil Refinery in Duque de Caxias and gas extraction in Campos' Bay. Finally, the “desfusion” would generate economic difficulties to both States: a new Guanabara State industrially saturated, and a new Rio State whose capital (Niterói) would be similarly industrially saturated; besides, ancient economic problems would reappear, like the difficult integration in a metropolitan region managed by two different governments. This work concludes that it is difficult to separate effects of fusion, but it is easy to foresee difficulties that will be generated by the “desfusion”.

**Key words** – Rio de Janeiro's Industrial development. Rio de Janeiro. Guanabara.

O autor agradece a Hildete Pereira de Melo e Bruno Campos pelos comentários. As eventuais falhas, contudo, são de responsabilidade do autor.

## Notas

- <sup>1</sup> O uso de regiões administrativas traz como principal benefício o fato de estas já estarem adequadas ao desmembramento de municípios nos processos de emancipação política. Assim, por exemplo, Barra Mansa e Volta Redonda estão classificadas na mesma região, o Médio Paraíba.
- <sup>2</sup> Segundo Pignatton, a falta de integração entre as regiões ainda serve para corroborar a hipótese de que o esvaziamento industrial fluminense foi decorrente de fatores internos, e não da apropriação de riquezas ou recursos para outras regiões.
- <sup>3</sup> Para citar alguns: no setor de mineração, foram feitos investimentos nos estados do Pará, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Sul; no setor energético, foram construídas usinas nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além da expansão de algumas das já existentes; a PETROBRAS realizou importantes investimentos nos estados de Sergipe, Bahia e Rio Grande do Sul. Além disso, o governo fez ainda investimento direto em projetos na Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Sergipe, Goiás (DINIZ, 1991; LESSA, 1998).
- <sup>4</sup> Evidentemente, outros fatores além dos associados ao Estado brasileiro contribuíram para a perda de posição relativa do estado de São Paulo, como a instalação da Fiat em Betim, da agroindústria do complexo da soja no Centro-Oeste e da indústria de calçados no RS (PACHECO, 1996).

<sup>5</sup> Essa situação só se altera depois de 1985. Segundo as contas regionais do IBGE, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais têm, respectivamente, a segunda e terceira maiores participações no valor adicionado bruto da indústria de transformação do Brasil.

<sup>6</sup> Deve-se ressaltar que, não obstante os períodos de prosperidade, o país amargou uma dura crise econômica no início da década de 1960, associada à crise política do período que antecedeu o golpe militar.

<sup>7</sup> Este percentual exclui a extração de petróleo.

<sup>8</sup> Quando considerada a extração de petróleo, este número cai pela metade.

<sup>9</sup> Para maiores detalhes, ver AZZONI (1986).

## Referências bibliográficas

AUTONOMIA CARIOCA. *Manifesto*. Disponível em:

[www.autonomiacarioca.com.br](http://www.autonomiacarioca.com.br). Consultado em: 16/07/04.

ALVES, E.L.G. et al. Modernização produtiva e relações de trabalho: A visão dos atores. In: ALVES, E. (org.). *Modernização produtiva & relações de trabalho: Perspectivas de políticas públicas*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS. Do pioneirismo à evolução crescente. *Revista Metalurgia*, São Paulo, v. 47, n. 394, p. 100-101, mar./abr. 1991.

AZZONI, C.R. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 14., 1986, Brasília. *Anais...*, Belo Horizonte: ANPEC, 1986, v. 2, p. 261-285.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

DINIZ, C.C. Dinâmica regional da indústria no Brasil: Início de desconcentração, risco de reconcentração. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 1991. Tese ao concurso de professor titular.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. reestruturação econômica e impacto regional: O novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-103, jul. 1996.

\_\_\_\_\_. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. In: RIBEIRO, L.C.Q. (Org.) *O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2000.

DINIZ, C.C.; FIGUEIREDO, A.T.L. Distribuição regional da indústria mineira. *Nova Economia: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 39-67, dez. 2000.

FERREIRA, M. de M. Industrialização no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 18., 1990, Brasília. *Anais...* Belo Horizonte: ANPEC, MGSP, 1990, v. 3, p. 1281-1308, 1990.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

GRASSI, R.A. *A indústria naval brasileira no período 1958-1994: uma análise histórica de sua crise atual e das perspectivas de mudança, a partir do conceito estrutura de competitividade*. Dissertação (Mestrado em Economia). UFF, Niterói, 1995.

GUANABARA JÁ. *O manifesto propondo um ponto final numa discussão recorrente*. Disponível em [www.guanabara.com.br](http://www.guanabara.com.br). Consultado em: 16/07/04.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil: 1997-2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IEPS – INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS. *Projeto Pró-Rio. Problemas e potencialidades do estado do Rio de Janeiro*. Relatório Geral, 2º volume, seção IV. Rio de Janeiro: 1983.

LESSA, C. A. *Estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília (DF): FUNCEP, 1998.

MELO, H.P. A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro. In: FREIRE, A.; SARMENTO, C.E.; MOTTA, M.S. (Orgs.) *Um estado em questão: Os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MELO, H.P.; CONSIDERA, C.M. Industrialização fluminense – 1930/1980. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, EdUFF, n. 3, ago. 1986.

MELO, H.P.; CONTRERAS, E. DEL C.A. A trajetória desigual do desenvolvimento econômico fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16., ANPEC, 1988, Belo Horizonte. *Anais...* Porto Alegre: NBS, v. 4, p. 423-440, 1988.

MELO, H.P.; GUTIERREZ, M. Os complexos industriais da economia do estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 18., ANPEC, 1990, Brasília. *Anais...* Belo Horizonte: MGSP, 1990, v. 3, p. 1061-1080, 1990.

MOTTA, M.S. da. A fusão da Guanabara com o estado do Rio: Desafios e desencantos. In: FREIRE, A.; SARMENTO, C.E.; MOTTA, M.S. da (Org.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PACHECO, C.A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24., ANPEC, 1996, Campinas. *Anais ...* Belo Horizonte: 1996.

PIGNATON, Á.A.G. Origens da industrialização no Rio de Janeiro. *Dados*, revista do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 139-154, 1977.

PIQUET, R.P. da S. *Área metropolitana do Rio de Janeiro: Estrutura e desempenho industrial*. Dissertação (Mestrado), IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. O parque industrial metropolitano do Rio de Janeiro ganha novo perfil e emprega menos. In: PIQUET, R. (Org.). *Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2000.

SABOIA, J. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., ANPEC, 1999, Belém. *Anais...* Belém: ANPEC, 1999, v. II, p. 827-846.

## Anexo A – Classificação das regiões do Estado do Rio de Janeiro

	Região	Municípios
Capital*		Rio de Janeiro
Interior	Baixada Fluminense*	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, S. João de Meriti, Seropédica
	Grande Niterói *	Itaboraí, Magé, Niterói, São Gonçalo, Tanguá
	Médio Paraíba	Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Itaverá, Marquês de Valença, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Volta Redonda
	Norte Fluminense	Campos, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, S. Fidélis, S. Francisco de Itabapoana, S. João da Barra
	Serrana	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Sta Maria Madalena, S. José do Vale do Rio Preto, S. Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes
	Outros	<i>Centro-Sul Fluminense:</i> Areal, Comendador Levy Gasparian, Eng. Paulo de Frontin, Três Rios, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Vassouras <i>Costa Verde:</i> Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Parati <i>Baixadas Litorâneas:</i> Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Capivari, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, S. Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim <i>Noroeste Fluminense:</i> Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Sto Antônio de Pádua, S. José de Ubá, Varre-Sai

\*Essas três regiões compõem a chamada Região Metropolitana, conforme a classificação da Fundação Cide.

*Recebido para publicação em agosto de 2004.  
Aprovado para publicação em outubro de 2004.*

